



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

13/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Adolescentes são encontrados em condição análoga à escravidão em fazendas de arroz, dizem autoridades

Uma operação conjunta na tarde de sexta-feira (10) resgatou 56 trabalhadores que estariam submetidos a condições análogas à escravidão em duas fazendas de arroz no interior do Rio Grande do Sul, de acordo com autoridades.

O caso ocorreu no município de Uruguaiana (a cerca de 630 km de Porto Alegre), na fronteira com a Argentina.

O grupo resgatado era formado por homens e tinha dez adolescentes com idades entre 14 e 17 anos, segundo a PF (Polícia Federal) e o MPT-RS (Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul). Os dois órgãos atuaram na ação de resgate.

Na reta final de fevereiro, o Rio Grande do Sul registrou outro caso de trabalho considerado análogo à escravidão. Na ocasião, uma operação resgatou pessoas contratadas para a colheita de uva em Bento Gonçalves (a cerca de 120 km de Porto Alegre), na região da serra gaúcha.

De acordo com a PF e o MPT-RS, os trabalhadores encontrados nesta sexta em Uruguaiana faziam o corte manual de arroz vermelho e a aplicação de agrotóxicos sem equipamentos de proteção.

Também segundo os órgãos, eles chegavam a andar por jornadas extenuantes antes de chegarem aos locais de trabalho.

"A operação foi realizada nas estâncias Santa Adelaide e São Joaquim, em Uruguaiana, após uma denúncia informar a presença dos jovens na propriedade, em trabalho irregular e sem carteira assinada. O grupo móvel de fiscalização se dirigiu ao local e encontrou não apenas os adolescentes, mas trabalhadores adultos em situação análoga à escravidão", afirmou o MPT-RS.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de março.

Fim do saque-aniversário do FGTS depende de eliminar carência, diz ministro

A regra que prevê um período de dois anos de espera para voltar ao saque-rescisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) após desistência do saque-aniversário deve adiar os planos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de extinguir essa via de acesso ao fundo.

De acordo com o ministro Luiz Marinho (Trabalho), alterar essa exigência depende de projeto de lei do Congresso Nacional, de acordo com análise feita pela AGU (Advocacia-Geral da União).

Havia expectativa de que uma nova regra relativa ao FGTS fosse discutida já na primeira reunião do Conselho Curador do fundo em 2023, marcada para o dia 21 de março

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de março.

Aras muda de posição e defende alterar Lei das Estatais às vésperas de julgamento do STF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, mudou seu entendimento a respeito da Lei das Estatais e passou a se posicionar contra as vedações a políticos no comando de empresas públicas.

O posicionamento foi enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal), que julga a partir desta sexta-feira (10) se a restrição prevista em lei é válida ou não. A ação de inconstitucionalidade foi apresentada pelo PC do B, aliado histórico do PT, e os votos poderão ser coletados pelo sistema virtual da corte até o dia 17 de março.

Aras tinha se posicionado em fevereiro pela improcedência da ação, mas em documento enviado em 5 de março à corte passou a afirmar que não havia analisado em sua manifestação anterior um aspecto essencial não mencionado pelo PC do B. Segundo o procurador-geral, a vedação representa restrição a direitos fundamentais.

De acordo com a manifestação da PGR, as vedações "não podem desconsiderar o direito fundamental de participação do indivíduo na vida político-partidária e na esfera pública do Estado (status civitatis e status activus), especialmente quando ausente autorização constitucional para tanto". Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de março.

STF discute multa adicional de 50% sobre negativa de compensação de tributo

O STF (Supremo Tribunal Federal) inicia nesta sexta-feira (10) o julgamento, em plenário virtual, sobre a legitimidade da multa adicional de 50% aplicada quando a Receita Federal indefere pedidos de compensação de tributos. O impacto em caso de derrota do Fisco foi estimado em R\$ 3,7 bilhões pelo governo.

Além da chamada multa isolada de 50%, o Fisco aplica nesses casos multa de mora de 20%, o que representa uma dupla punição para o contribuinte. O valor do débito é ainda corrigido pela taxa básica de juros.

A ação tem repercussão geral. Ou seja, o entendimento será aplicado sobre outras que tratam do mesmo tema. O julgamento vai até a próxima sexta (17).

A análise sobre a constitucionalidade da multa foi iniciada em 2020 em plenário virtual, mas suspensa após pedido do ministro Luiz Fux. Agora, será retomada com o placar zerado.

Na época, o relator do caso, ministro Edson Fachin, avaliou que a cobrança é inconstitucional. "A mera não homologação de compensação tributária não consiste em ato ilícito com aptidão para ensejar sanção tributária", disse em seu voto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de março.

Inflação sobe e pressiona BC antes de reunião para definir juros

Os reajustes de mensalidades escolares no início do ano letivo pressionaram a inflação no País em fevereiro, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou de 0,53% em janeiro para 0,84% no último mês, informou nesta sexta-feira, 10, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado não deve abrir espaço para o corte de juros pelo Banco Central (BC), cujo Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne nos dias 21 e 22 para definir como ficará a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

O resultado superou a estimativa de alta mediana de 0,78% de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast do Estadão (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado). A taxa do IPCA do mês passado reflete o que deve ser o comportamento da inflação ao longo do ano, com alguns repiques por fatores sazonais e uma desaceleração "muito lenta". "Ainda devemos ver os principais itens rodando ao redor de 6% (no IPCA de 2023)", disse a economista para o Brasil do banco BNP Paribas, Laiz Carvalho.

Com o resultado do mês passado, o IPCA em 12 meses arrefeceu de 5,77% em janeiro para 5,60% em fevereiro, mas a abertura dos dados do último mês não animou economistas. O índice de difusão, que mostra a proporção de itens com aumentos de preços, aumentou de 63% em janeiro para 65% em fevereiro.

"Na nossa avaliação, as condições correntes desafiadoras recomendam uma calibragem conservadora da política monetária", disse o diretor de Pesquisa Macroeconômica do banco Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos, em relatório.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 12 de março.

Nova regra fiscal vai permitir zerar déficit primário em 2024, sustenta governo

A regra fiscal desenhada pelo Ministério da Fazenda para substituir o teto de gastos vai permitir que se alcance o objetivo de zerar o déficit primário já no ano que vem, afirmaram à Folha membros do governo envolvidos no debate.

Apesar de dizer que o foco das mudanças é o reequilíbrio das contas públicas no longo prazo, o governo vê condições de o propósito ser atingido já no ano que vem sob as regras do novo arcabouço.

A atual gestão faz a ressalva de que há variáveis que ainda podem atrapalhar o plano, mas trabalha com esse objetivo para que seja, em primeiro lugar, estabilizado o nível do endividamento público. Em um prazo mais longo, ele começaria a baixar.

O objetivo central da regra, segundo o governo, é não apenas recuperar a sustentabilidade fiscal (a ser medida sobretudo pelo nível de endividamento público) como também permitir financiar adequadamente as políticas públicas – além de retomar a credibilidade da política macroeconômica, com previsibilidade e transparência, dizem.

O Ministério da Fazenda trabalha com o cenário de eliminar o déficit mesmo com o nível de despesas contratadas neste ano. Diante disso, integrantes do governo mencionam que a busca por um resultado no azul vai precisar considerar também o lado das receitas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de março.